



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO
DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)
ATA DA REUNIÃO GAEPE – 06/08/2021
(35ª REUNIÃO)

Aos seis dias do mês de agosto do ano de 2021, reuniram-se, por videoconferência: Paulo Curi Neto, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado, representando a Egrégia Corte de Contas; Yvonete Fontinelle de Melo, Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas do Estado (MPC/RO); Marcília Ferreira da Cunha e Castro, Promotora de Justiça e Coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF; Julian Imthon Farago, Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial Cível – GAECIV; Valmir Souto, Coordenador de Processo e Planejamento da SEDUC/RO; Flávia Serrano, coordenadora estadual da Covid-influenza e representante da Agência de Vigilância Sanitária do Estado de Rondônia (AGEVISA/RO); Célio Lang, Prefeito do Município de Urupá e Presidente da Associação Rondoniense de Municípios (AROM); Luciano Farias, Coordenador de Educação da AROM, e Celene Gomes, Chefe de Gabinete da Presidência da AROM; Agenor Fernandes de Souza, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE/RO); Alessandra Gotti e Ismar Barbosa da Cruz, representando o Instituto Articule; Rita de Cássia Paulon, Professora e Consultora; Gláucia Negreiros, Secretária Municipal da Educação de Porto Velho/RO; Zenilda Terezinha Mendes da Silva, Secretária Municipal da Educação de Cerejeiras/RO; Elenice Salete Medeiros Piana, Secretária Municipal da Educação de Ariquemes/RO; Ceiza Pinheiro, Secretária Municipal da Educação de Candeias do Jamari/RO, bem como diversos titulares e/ou representantes de Secretarias Municipais de Educação, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência. Registre-se a participação especial do Deputado Adelino Follador, Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

1) O que foi discutido

Inicia-se a reunião do Gabinete sob condução do Dr. ISMAR, informando as ausências da Dra. Alessandra e do Presidente Paulo Curi, que estão participando de audiência pública convocada pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para apresentarem a experiência dos GAEPEs. Aproveita também para registrar a participação do Deputado ADELINO FOLLADOR, que cumprimenta a todos e agradece o convite, destacando a importância de se ouvir sobre a temática da educação e levar esse assunto em frente.

Retomando, o Dr. ISMAR informa que a pauta do dia foi adaptada para o momento que enfrentamos, referindo-se ao retorno das aulas presenciais na próxima semana. Dessa forma, explica que o ponto sobre a educação infantil não será abordado hoje. Destaca a importância de se manter um debate fraterno e respeitoso em prol da educação e da comunidade escolar. Assim, divide a temática nas seguintes partes: novidades das estratégias de monitoramento da implantação dos protocolos, a ser apresentado pelo Sr. VALMIR; os avanços na questão da conectividade e suas respectivas negociações, indicando a SEDUC; e, para iniciarem as conversas, um debate amplo sobre o retorno das atividades escolares na modalidade presencial.

O Dr. ISMAR faz uma breve narrativa sobre a criação do GAEPE/RO, trazendo a importância de se discutir toda a problemática que envolve a educação, destacando que o retorno presencial sempre foi defendido e aguardado pelo grupo. Destaca que, em pesquisa realizada, levantou-se que 40% dos estudantes da educação básica são considerados integrantes do grupo de risco de abandono escolar, demonstrando o afastamento tanto dos alunos quando das famílias com o compromisso do aprendizado. Frisa também que a conectividade é importante, mas não é suficiente, já que o grau de dispersão é enorme com o ensino remoto.

A palavra é passada ao Dr. JULIAN, que cumprimenta aos presentes. Fala sobre a Nota Técnica elaborada, que surgiu diante da necessidade de se manifestar a respeito da possível greve dos profissionais educacionais com o retorno das aulas presenciais, não aderindo as datas de retorno estabelecidas. Informa que foi feita uma reunião com alguns dos membros do GAEPE junto aos sindicatos, tendo sido muito importante a participação da Dra. Flávia para falar sobre a saúde dos profissionais, a respeito da vacina, protocolos de biossegurança e eventuais dúvidas. A Nota Técnica reforça, ainda, a ideia de que cada Secretaria (estadual e municipais) continue implementando os protocolos nas escolas conforme as datas de retorno estabelecidas, e que os órgãos de controle têm ciência de que os municípios estão em fases diferentes de vacinação e preparos. Ainda, o referido documento aborda a perda educacional pelo afastamento das crianças de dentro das salas de aula; os professores nunca trabalharam tanto, mas com resultados tão pequenos. Defendem que o retorno presencial deve ser feito, desde que os aspectos sanitários permitam, através de uma análise em cada escola e de acordo com cada realidade, observadas todas as cautelas, sendo imprescindível que os municípios deem seguimento aos planos de retomada.

O Dr. ISMAR retoma para destacar que o GAEPE é um conjunto de instituições como organismo de apoio à gestão. A manifestação conjunta sinaliza ações para o gestor público para conduzir os processos de trabalho. Dessa forma, as notas técnicas são direcionadas para determinadas políticas públicas e seus gestores, objetivando melhor assessorar na tomada de decisões.

A Dra. FLÁVIA pede a palavra e fala sobre a reunião de quarta-feira, mencionada pelo Dr. Julian. Coloca que sente que tudo vem voltando de forma presencial em várias frentes. Há muitas falas e muitas dúvidas, mas as informações pertinentes serão disseminadas de fato apenas na prática, e obedecendo-se as medidas não-farmacológicas (uso de máscaras, álcool em gel, etc.), o retorno será feito de forma segura. A Nota Técnica é muito importante, sendo também necessário divulgar e ampliar as questões da saúde, e, por fim, destaca que a priorização da antecipação da 2ª dose da vacina está direcionada aos profissionais da educação, sendo importante fomentar essa ação através dos gestores municipais.

O Secretário SUAMY é indicado para se manifestar, e informa que não está tudo pronto, em razão de algumas dificuldades em algumas escolas (furtos, estragos por chuvas), mas que, das 405 escolas, 320 retornarão a partir do dia 09/08. Encontram-se com a estabilidade legal para o retorno das aulas estaduais, com os planos de retorno prontos desde o ano passado. Deve-se dar início, mesmo com as dificuldades enfrentadas, a exemplo do transporte escolar. Dar atenção também ao cumprimento criterioso de todos os cuidados apresentados pelos atos regulatórios e notas técnicas. Informa ainda que vem realizando reuniões com os gestores municipais, e que o retorno presencial se encontra irreversível. Quanto aos profissionais da educação que não quiserem se vacinar, não exporão a comunidade educativa a risco – um Decreto será elaborado expondo as consequências para os que não quiserem. As escolas irão se adequando de acordo com as necessidades.

O Dr. ISMAR traz uma pergunta feita no chat da reunião sobre os pais que querem enviar seus filhos as escolas, mas não querem receber a imunização. A Dra. FLÁVIA, instada a se manifestar, declara que se encontra satisfeita com a fala do Secretário Suamy, mas que não tem uma resposta para a pergunta do chat. Entretanto, traz a perspectiva de pandemias já enfrentadas pelo mundo, nas quais foram postas limitações pela falta de vacinação - as pessoas que não quiseram se vacinar, não podiam estudar, casar ou trabalhar. Mesmo não tendo uma resposta para a questão, pondera que, talvez, através do Governo, sejam impostas limitações para quem se recusar. O Dr. ISMAR corrobora com essa manifestação, destacando que se trata de um direito coletivo, havendo consequências aos que não quiserem seguir as medidas propostas.

Seguindo a lista de pedidos para uso da palavra, a professora RITA fala sobre o levantamento feito pelo GAEINF com as datas de retorno dos municípios do Estado. Destaca o trabalho feito para que o retorno aconteça, em especial os esforços desprendidos por Porto Velho. Traz que o trabalho remoto é difícil, sendo um pouco pior para as crianças, que são as principais prejudicadas com a pandemia, passando de um ano ao outro sem estarem de fato alfabetizadas. Faz menção aos Secretários Municipais que trouxeram, ao longo das últimas reuniões, relatos sobre o retorno, organização das escolas e divulgação de informações aos pais. É essencial que o empenho para o retorno das aulas presenciais continue.

Dr. ISMAR destaca que, com base no levantamento feito pelo GAEINF, representado na pessoa da Dra. Marcília, e a fala da Prof.^a Rita, cinco municípios ainda não possuem data de retorno: Alvorada do Oeste,

Cacaulândia, Candeias do Jamari, Ji-Paraná e São Felipe do Oeste. Destaca que é necessário que se tenham perspectivas, pois sem isso, o planejamento municipal se perde. Aproveita para registrar a entrada do Presidente Paulo Curi na reunião.

A palavra é passada ao Deputado ADELINO, que parabeniza o trabalho feito. Fala sobre os anseios para o retorno presencial, sendo uma preocupação o tempo perdido com a paralisação. Parabeniza o trabalho dos Secretários Municipais, mas se preocupa também com as escolas que não retornarão, além dos cinco municípios mencionados. Informa que, em contato com o Prefeito de Cacaulândia, o município encontra-se com dificuldades em razão da escola estadual não retornar, mas que voltará a conversar com o Secretário de Educação para o retorno ocorrer. Essencial que se volte o mais rápido possível, e de forma segura. Por fim, informa que Assembleia Legislativa está à disposição para colaborar no que for necessário.

A Dra. MARCÍLIA pede a palavra e confirma os cinco municípios que ainda não tem data de retorno através do levantamento parcial feito, esperando que as datas informadas dos que estão na lista sejam mantidas e efetivadas. Destaca que tem estado em contato com os gestores de Ji-Paraná, para que uma data seja definida e seguida. Como já possuem escolas prontas, ir retornando e enfrentando as dificuldades que surgirem.

O Dr. ISMAR registra a entrada da Dra. ALESSANDRA, que cumprimenta a todos. Informa estar entusiasmado com a fala do Deputado Adelino, e que espera vê-lo nas próximas reuniões.

Passa-se então ao ponto sobre o andamento das providências que vem sendo adotadas pelas comissões municipais formadas, coordenadas pela SEDUC, para monitoramento das estratégias de implantação dos protocolos nas escolas.

O Sr. VALMIR assume a palavra para trazer os pontos sobre essa ação, destacando também três municípios que ainda não desenvolveram suas comissões: Mirante da Serra, Presidente Médici e Vale do Anari; após, compartilha sua tela e traz informações sobre o questionário aplicado, dados sobre acessos e cronogramas, e visitas realizadas nas escolas, verificando os preparos para o retorno presencial. Destaca as dificuldades com a interpretação e preenchimento dos questionários. Disponibiliza ainda um link para acompanhamento das ações implementadas em cada município e respectivas escolas.

A Secretária CEIÇA pede a palavra e fala sobre o município de Candeias do Jamari, destacando a importância das ações das comissões. Sugestões e trocas de experiências a respeito do preenchimento do questionário são dispostas e discutidas.

Passa-se ao ponto sobre os avanços da conectividade no Estado - a instalação de internet via satélite e as aquisições dos equipamentos. O Sr. VALMIR se manifesta para trazer as novidades sobre os processos em andamento: a aquisição dos tablets para os alunos encontra-se em elaboração do Termo de Referência; 116 escolas rurais estão com internet via satélite, sendo 50 municipais; a aquisição dos notebooks aos professores encontra-se com um entrave, dependendo da votação do orçamento na Assembleia; e com relação às empresas de telefonia, estão aguardando a devolutiva das empresas com as quais se pretende manter vínculos.

O Dr. ISMAR indaga sobre a capacitação, mencionada na última reunião, que seria oferecida pela AROM e UNDIME, para dar orientações a respeito do transporte escolar, instando os representantes desses órgãos para manifestação. Como não há representantes destas na data, encaminha-se ao fim da reunião.

A Dra. ALESSANDRA aproveita o momento para falar sobre a Audiência Pública ocorrida hoje, onde compartilhou experiências do GAEPE Rondônia. Chamou-se atenção não apenas aos resultados concretos obtidos, mas à cultura cristalizada de articulação entre todos os órgãos do Estado através de um diálogo intersetorial. Pretende-se alcançar resultados efetivos em toda a área da educação, saindo do foco pandêmico que vivemos, começando pelo assunto da ampliação da educação infantil, primeiro ponto da pauta da próxima reunião, e posteriormente, iniciar debates para melhorar os indicadores da alfabetização na idade certa. Busca-se multiplicar exemplos, como o de Rondônia, em todo o território brasileiro.

2) O que ficou deliberado

Nesta oportunidade não foram feitos apontamentos ou encaminhamentos, e as discussões sobre os tópicos abaixo prosseguirão na próxima reunião do GAEPE, agendada para o dia 20/08/2021, às 14h (quatorze horas):

1. Priorização da Educação Infantil (com ênfase na Alfabetização na Idade Certa);
2. Expansão da conectividade; e
3. Monitoramento/implementação dos protocolos de retorno às aulas presenciais.

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Edilis Alencar Piedade, Analista Administrativa do TCE-RO, matrícula n. 321. O referido é verdade e dou fé.



Documento assinado eletronicamente por **EDILIS ALENCAR PIEDADE, Analista**, em 10/08/2021, às 13:55, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.tce.ro.gov.br/validar>, informando o código verificador **0323878** e o código CRC **573203CF**.